



**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE - FANESE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ELAINE THIARA VIANA DE ALMEIDA

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO TERCEIRO SETOR:
INSTRUMENTO DE GRANDE VALIA PARA O
GERENCIAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE SURDOS.**

Aracaju – SE

2016.1

ELAINE THIARA VIANA DE ALMEIDA

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO TERCEIRO SETOR:
INSTRUMENTO DE GRANDE VALIA PARA O
GERENCIAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE SURDOS.**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE, como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profº. Cleaylton Ribeiro de Medeiros Gonçalves.

Coordenadora: Profª Luciana Matos dos Santos Figueiredo Barreto.

Aracaju – SE

2016.1

ELAINE THIARA VIANA DE ALMEIDA

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DO TERCEIRO SETOR: INSTRUMENTO DE
GRANDE VALIA PARA O GERENCIAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE SURDOS.**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócio de Sergipe - FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado (a) com média: _____

Profº. Esp. Cleaylton Ribeiro de Medeiros Gonçalves
Orientador

Avaliador

Avaliador

Aracaju (SE), ____ de _____ de 2016.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda comunidade surda brasileira, em especial a comunidade surda aracajuana como prova de nossas reais potencialidades em uma condição propícia de igualdade. O limite humano encerra quando não se tem o desejo da conquista.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ser a essência de minha vida.

Aos meus familiares; meus pais, irmãos, tios por sempre estarem ao meu lado.

Em especial a minha mãe por sempre orar por mim.

Ao meu noivo Geraldo Ferreira Filho por ser minha base e me impulsionar ao desenvolvimento e a conquistas de novas vitórias a cada dia.

Ao meu Orientador Professor Cleayton pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possíveis a conclusão deste trabalho.

A intérprete e tradutora Solange, companheira de todos os momentos fazendo parte da minha formação.

Aos amigos que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

A todos os professores que me acompanharam durante a graduação.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

RESUMO

As associações, entidades do terceiro setor, surgem no cenário nacional com o propósito de suprir lacunas e a ineficácia governamental na área social. A exclusão social, a luta pela acessibilidade e o direito pela condição de igualdade garantida pela LBI, são os princípios preponderantes que impulsionam cada vez mais a criação de novas associações de surdos por todo país. Este trabalho tem como objetivo geral evidenciar a relevância do conhecimento contábil no gerenciamento das associações de surdos do Nordeste, destacando como objetivos específicos a operacionalização dessas associações de surdos mediante as ferramentas contábeis nas tomadas de decisões, e suas principais dificuldades no uso ou no acesso aos instrumentos contábeis. Com fins a atingir os objetivos foi utilizado como métodos de pesquisa, levantamento bibliográfico e entrevistas com as associações de surdos do nordeste. Após análise das pesquisas, os resultados encontrados foram tabulados graficamente e indicam como resultado que grande parte das associações pesquisadas desconhecem totalmente a importância e a eficácia das informações contábeis na manutenção da instituição, decorrente principalmente pela falta de acessibilidade na interpretação das informações, apontando entre outros a barreira linguística como a principal dificuldade.

Palavras chaves: Terceiro Setor- Associações- Associações de Surdo-Princípios Contábeis.

LISTA DE SIGLAS

LB	Lei Brasileira de Inclusão
CESAJU	Centro de Surdos de Aracaju
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
FANESE	Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
L1	Primeira Língua
L2	Segunda Língua
CBS	Confederação Brasileira dos Surdos
CF	Constituição Federal
NBCT	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais Características Peculiares a Entidades do Terceiro Setor	18
Tabela 2 - Associações de Surdos da Região Nordeste	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Responsável pela Contabilidade da Associação	23
Gráfico 2 - Diretores Financeiros da Associação e Língua de Uso	24
Gráfico 3 - Formação dos Diretores Financeiros	24
Gráfico 4 - Conhecimento dos Instrumentos Contábeis	25
Gráfico 5 - Periodicidade da Contabilidade	25
Gráfico 6 - Apresentação Contábil aos Associados	26
Gráfico 7 - Uso dos Dados Contábeis no Gerenciamento da Instituição	26
Gráfico 8 - Acesso as Informações Contábeis	27
Gráfico 9 - Principal Problema Apontado ao Acesso as Informações	27

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Área de Conhecimento da Pesquisa	11
1.2 Delimitação do Tema e Problemática.....	11
1.3 Objetivo Geral.....	12
1.4 Objetivos Específicos.....	12
1.5 Justificativa.....	12
1.6 Procedimentos Metodológicos	13
1.6.1 População e amostra.....	14
1.6.2 Coleta de dados	14
1.6.2.1 Procedimentos da coleta de dados.....	14
1.6.2 Instrumentos para coleta dos dados	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 Terceiro Setor - Conceitos/Características	15
2.2 A Formação do Terceiro Setor no BRASIL.....	16
2.3 Natureza Jurídica	17
2.4 Instituições do Terceiro Setor.....	17
2.5 Associação	19
2.6 Associações: Ato de Criação e Estrutura de Funcionamento.....	19
2.7 Associações e os Princípios Contábeis	20
2.8 Associações de Surdos	21
2.9 Análise dos Dados e Respostas Obtidas nas Entrevistas	23
2.9.1 Apresentação e Análise dos Dados	23
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
4. REFERÊNCIAS:	29
ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

1.1 Área de Conhecimento da Pesquisa

A situação de descontentamento mediante a ineficácia do Primeiro Setor perante aos problemas sociais tem impulsionado cada vez mais o surgimento de instituições sem fins lucrativos compondo o terceiro setor e assim tem se constituído centenas de associações de surdos pelo Brasil.

O presente estudo faz um breve panorama de como associações de surdos no Nordeste, tem conduzido os princípios contábeis e como tem utilizado destes princípios na tomada das decisões gerenciais.

Tendo como base alguns teóricos que nortearam o desenvolvimento na pesquisa uma vez que envolve questões sobre o terceiro setor de um modo geral, abrangendo suas legislações dentro dos procedimentos contábeis mediante as especificidades do Terceiro Setor.

Transcorrerá essa pesquisa tendo como tópicos a definição conceitual do Terceiro Setor, a formação deste no Brasil, princípios legais, enquadramento das instituições conforme classificação, as especificidades das associações e os princípios contábeis, além de pontuarmos o desenvolvimento destes princípios nas associações de surdos.

1.2 Delimitação do Tema e Problemática

Inúmeras associações de surdos têm sido fundadas por todo território nacional, impulsionados pela identidade política do "SER SURDO", porém grande parte dessas associações evidenciam dificuldades de manterem-se atuante principalmente pelos aspectos de gerenciamento e desconhecimento contábil, funcionando muitas vezes na ilegalidade.

As associações do nordeste conhecem e utilizam as informações contábeis peculiares às instituições do terceiro setor em seu gerenciamento?

1.3 Objetivo Geral

Esse trabalho tem como objetivo demonstrar a importância do conhecimento contábil no gerenciamento das associações de surdos identificando com as associações do Nordeste tem utilizado dessa ferramenta para manutenção da entidade.

1.4 Objetivos Específicos

- Traçar um perfil de como as associações de surdos do nordeste tem evidenciado as informações contábeis em seu gerenciamento;
- Evidenciar as dificuldades comuns das associações de surdos do nordeste ao acesso das informações contábeis;
- Demonstrar a importância dos conhecimentos contábeis para tomada de decisões;
- Propor ações que minimizem as principais dificuldades apontadas pelas associações.

1.5 Justificativa

A escolha do tema surgiu a partir da minha experiência enquanto surda diretora financeira do CESAJU desde 2013.

Assim que assumi o cargo me deparei com uma série de dificuldades e falta de informações de como gerir a associação pelos princípios contábeis, essa preocupação foi por mim despertada por ser acadêmica do curso de Ciências Contábeis na instituição de ensino FANESE, como o CESAJU foi fundado em 2013 não havia históricos de ações e por conta de ser ainda acadêmica pouco conhecimento obtinha da temática e sem nenhuma experiência. Foram esses conhecimentos superficiais que me apontaram a necessidade de conhecimentos mais específicos e motivaram o desenvolvimento dessa pesquisa.

De início a busca por informações ocorreu dentro da própria CESAJU, o que obtive foram orientações de um assessor da presidência com vasta experiência em associações no departamento financeiro, porém em diversas conversas informais com esse membro da diretoria era notório seu conhecimento empírico que

distorcia por vezes dos conhecimentos contábeis que adquiri na academia ao longo da minha formação.

Tal situação me impulsionou a buscar entender como outras associações estavam gerindo esse aspecto, se de fato as informações contábeis tem sido utilizada para o gerenciamento e tomadas de decisões dessas instituições. Se as dificuldades vivenciadas no CESAJU eram comuns nas demais associações de surdos.

Um dos primeiros entraves encontrados no CESAJU enquanto diretora financeira foi o acesso às informações contábeis e legais que explicitem os pressupostos necessários a uma associação já que as fontes de pesquisa são poucas e normalmente fazem um apanhado geral e superficial dos tipos de instituições possíveis no terceiro setor sem pontuar as especificidades, além de que tais obras estão em Português, segunda língua da comunidade surda configurando se em uma barreira linguística impedindo pleno acesso dos surdos a esses conhecimentos. É válido ressaltar que a comunidade surda composta por surdos e deficientes auditivos possui como primeira língua a LIBRAS e por ela adquire os conhecimentos e exerce a comunicação.

Justifica-se a relevância dessa pesquisa uma vez que muitas das associações de surdos ocorrem na ilegalidade perpetuando a concepção empírica de que as entidades associativas por serem sem fins lucrativos de cunho filantrópico não necessitam ser geridas de acordo com a legislação vigente e dos princípios contábeis.

1.6 Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos esse estudo foi pautado nos parâmetros na pesquisa qualitativa de caráter exploratória conforme classificação Gil (1999, p. 43). Através de levantamento bibliográfico, e entrevistas com diretores financeiros das associações de surdos.

Segundo Gil (1999, p.43) as pesquisas exploratórias objetivam proporcionar uma visão geral, acerca de determinado fato, sendo o produto final deste tipo de pesquisa um problema mais esclarecido, passível de investigações mais amplas.

1.6.1 População e amostra

Segundo dados da CBS existem atualmente cerca de 130 associações em todo território nacional, como tal campo seria inviável para pesquisa devido ao quantitativo de instituições, optamos pela amostragem restringindo a pesquisa nas associações de surdos no Nordeste, totalizando em 27 associações, excluindo a associação de Aracaju, o CESAJU, a amostra foi delimitada em 26 associações.

1.6.2 Coleta de dados

1.6.2.1 Procedimentos da coleta de dados

Os primeiros contatos com as associações iniciaram desde agosto de 2015 através de web site e redes sociais, a princípio buscamos identificar a associação, estrutura e funcionamento para posterior apresentar nossos objetivos e solicitarmos a participação na pesquisa.

1.6.2 Instrumentos para coleta dos dados

Para coletar os dados com as associações foi disponibilizadas entrevistas por vídeos em Libras, L1 dos surdos e na L2 língua portuguesa na modalidade escrita, respeitando o princípio da acessibilidade e da comunicação com os surdos. Apesar de ter sido utilizado tal instrumento obteve-se como dificuldade inesperada a não aceitação das associações em participar da pesquisa, era notório uma desconfiança principalmente quando se refere ao setor financeiro das instituições.

Para solucionar tal problemática foi utilizado como estratégia o reconhecimento de algumas lideranças surdas de outros estados a credibilidade do CESAJU, por intermédio destes foi possível evidenciar o objetivo da pesquisa e as entrevistas em sua grande maioria foram aceitas e realizadas nas associações.

Do quantitativo total 26, 7 negaram a participar não respondendo o questionário alegando falta de tempo e ou a não permissão da diretoria na participação da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Terceiro Setor - Conceitos/Características

Dentro da atual conjuntura econômica os setores subdividem-se em três: Primeiro Setor constituído pelo poder público e suas representações, tendo como princípio gerir os recursos em prol a suprir as necessidades coletivas garantindo a cidadania; o Segundo Setor composto pelo mercado e representado pelas instituições privadas evidenciando como característica inerente à obtenção e maximização de lucros; e o Terceiro Setor formado por entidades de Interesse Social sem fins lucrativos.

O terceiro setor é constituído por entidades de interesse social, com finalidade econômica, podendo prospectar superávit sem, no entanto, objetivar lucros. (SILVA, 2008, p.23)

[...] Termo utilizado para designar as organizações sem fins lucrativos, de caráter não governamental, contando também com a participação voluntária, além de contribuir com práticas de caridade e cidadania. (CRC, 2012,RS,p 13).

[...] Que pode ser definida como um conjunto de organizações de origem privada, dotadas de autonomia, administração própria e finalidade não lucrativa, cujo o objetivo é promover o bem-estar social através de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania. (NUNES, 2006, p.24).

De acordo com as definições o terceiro setor é portanto aquele que não pode ser definido como público mas também não é privado, há uma relação como se fosse uma mediação entre o primeiro e segundo setor, cumprindo essencialmente a objetividade do primeiro por conta de sua inoperância com característica privada preponderante ao segundo setor. Em suma embora não sejam governamentais as instituições do terceiro setor executam funções que seriam da responsabilidade pública e sendo privadas não podem exercer atividades com finalidades lucrativas embora em seu ambiente necessitem gerir aspectos econômicos.

De acordo com o Manual de Procedimentos Contábeis as entidades do terceiro setor possuem como principais características:

- a) Desenvolver atividades com fins a promover o bem-estar da coletividade;
- b) Manter o princípio da não lucratividade;
- c) Personalidade Jurídica adequada aos fins sociais;
- d) Financiamento para o desenvolvimento das suas atividades fins oriundos das subvenções do primeiro setor e doações do segundo setor;

Tendo como principais premissas a não distribuição de lucros entre os membros da instituição já que não visa o princípio da propriedade e sim de coletividade, do bem comum.

2.2 A Formação do Terceiro Setor no BRASIL

Segundo Nunes 2006 o princípio do terceiro setor no Brasil data a época da colonização, segunda metade do século XVI as instituições denominadas de Santa Casa de Misericórdia imbuídas nos valores do cristianismo. A Santa Casa de Misericórdia de Santos criada em 1543 seria uma das primeiras instituições com o cunho de assistência social. Neste período a Igreja Católica emanada por valores de caridade cristã através de instituições prestava serviços a comunidade carente com fins filantrópicos associados ao Estado com ações nas áreas da educação, saúde e assistência social destinados a comunidades marginalizadas das políticas da época perdurando por todo período colonial.

Ao passo que a sociedade vai se tornando cada vez mais desigual e hierarquizada surgem no cenário social os movimentos sociais em repúdio ao cenário político e econômico elitista, reivindicando direitos sociais, emergindo assim as entidades com fins atender as demandas das necessidades sociais, as organizações assistenciais.

Um marco preponderante na configuração das instituições do terceiro setor decorre do processo de urbanização e industrialização e suas consequências na complexidade dos problemas sociais, atrelado às pressões dos movimentos populares. Segundo o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social, as instituições sem fins lucrativos a partir da década de 80 tem como foco a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais uma vez

que o Estado foi se configurando cada vez mais inoperante diante dos problemas sociais.

Com fins a suprir a ineficácia do Estado na área social o Terceiro Setor se tornou cada vez mais expansivo e relevante na sociedade principalmente a partir da década de 90 necessitando de regulamentações específicas.

As incidências das entidades do terceiro setor no Brasil retratam o período político e econômico do país e os impactos sociais.

2.3 Natureza Jurídica

A Natureza Jurídica das entidades do terceiro setor está na Constituição Federal e no Código Civil.

A Constituição Brasileira reconhece e classifica as organizações sem fins lucrativos em:

- a) Associações (art. 5º, XVIII e XIX);
- b) Fundações: públicas (art. 37, XIX) e privadas (art. 150, VI, "c").
- c) Sindicatos (art. 8º, incisos I à VIII, e art. 150, VI, "c").
- d) Partidos Políticos (art. 17 e art. 150, VI, "c").
- e) Cultos Religiosos e Igrejas (art. 19, I, e art. 150, VI, "b").
- f) Serviço Social Autônomo (art. 240, e art. 62 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).
- g) Cooperativas (art. 5º, XVIII, e art. 174, § 2º). (CF, 1988)

O Código Civil Lei nº 10.406 retrata a natureza jurídica das entidades no art.44:

- I. Art.44. São pessoas jurídicas de direito privado;
- II. As associações;
- III. As sociedades;
- IV. As fundações;
- V. As organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003);
- VI. Os partidos políticos. (Incluído pela lei nº 10.825, de 22.12.2003). (CPC, LEI 10.406)

2.4 Instituições do Terceiro Setor

De acordo com o Manual de Procedimentos Para o Terceiro Setor – Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social 2015 classifica as entidades do Terceiro Setor ou Organizações Não Governamentais em:

Fundações de direito privado, Organizações Religiosas e Associações sendo as duas últimas de bases bastante similares.

Tabela 1 - Principais Características Peculiares a Entidades do Terceiro Setor

Atributos	Associações	Fundações
Finalidades	Fins próprios, conforme definido pelos associados; Fins alteráveis, na forma prevista em seus estatutos, os associados podem alterar ou adaptar as finalidades segundo seus interesses;	Fins alheios, conforme desejo do instituidor; Fins imutáveis, isto é, as finalidades não podem ser alteradas. É possível que algumas regras do estatuto sejam modificadas, desde que não afetem as finalidades. As alterações serão deliberadas pela maioria absoluta dos órgãos de administração e aprovação do Ministério Público
Patrimônio	Não há exigência de patrimônio inicial ou de recursos mínimos para constituição; É um instrumento de gestão constituído ao longo da vida da associação	É um componente essencial e alocado pelo instituidor; O patrimônio inicial deve ser suficiente para o cumprimento dos objetivos sociais da fundação
Administração	Associados podem ter representatividade e poder de deliberação; Deliberações pautadas pelo estatuto.	Prevalece a vontade do instituidor, inclusive quanto à forma de administração; Deliberações delimitadas pelo instituidor e fiscalizadas pelo MP.
Fiscalização	A fiscalização das associações é realizada pelos próprios associados.	Fiscalização compete ao Ministério Público velar pelas fundações.
Pontos Fortes	Facilidade de constituição, procedimentos mais simples, menor burocracia; Inexistência de patrimônio prévio; Maior flexibilidade para se organizar, e eventualmente alterar seus estatutos e missão programática; Maior autonomia.	Recurso é destinado a um fundo permanente; Segurança em relação à perenidade dos fins definidos pelo instituidor; Presença de um Conselho Curador que tem independência para administrar os fundos com respeito ao desejo do instituidor; A vida da Fundação é independente do instituidor.

Atributos	Associações	Fundações
Pontos Fracos	Como não existe obrigação de patrimônio mínimo, não há como garantir a sustentabilidade da organização, mesmo em curto prazo.	O MP, por meio do Curador de Fundações, deve ser consultado para qualquer decisão que envolva o patrimônio ou mudança de missão de uma fundação, como é um procedimento excepcional torna-se mais lento e burocrático.

Fonte: IDIS 2015- Tabela adaptada pela autora

2.5 Associação

Na medida em que este trabalho tem como objeto de estudo as associações de surdos buscamos para fins didáticos um maior aprofundamento teórico nas especificidades desse tipo de entidade.

O Manual define como a associação a forma pelo qual certo número de pessoas, que ao se congregarem, coloca em comum, serviços, atividades e conhecimentos em prol do mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim, com ou sem capital e sem intuíto lucrativos. Pode ter finalidade: a) altruísta (associação beneficente, esportiva ou recreativa); b) egoística (associação literária, associação de colecionadores); e c) econômica não lucrativa (associação de socorro mútuo, associação de bairro).

De acordo com a constituição federal nos artigos 20 e 23 são especificidades das associações:

- a) Os fins, os meios próprios e os interesses são estabelecidos pelos associados;
- b) Os associados podem alterar os fins;
- c) O patrimônio é constituído pelos associados;
- d) Os associados deliberam livremente. (BRASIL.Constituição 1988)

2.6 Associações: Ato de Criação e Estrutura de Funcionamento

A constituição de uma associação se dá a partir de uma ata de criação elaborada após uma assembleia, nesta Ata deve conter a pauta da reunião especificando, a criação da entidade, seus princípios e fins, a aprovação do estatuto, a sede, identificação dos sócios fundadores e os membros que irão fazer a administração interna entre diretoria e conselho fiscal.

O estatuto deve conter os requisitos legais conforme os artigos 46 e 54 do Código Civil Especificando entre outros itens:

Art 46. O registro declarará:

- I. a denominação, os fins, a sede , o tempo de duração e o fundo social, quando houver;
- II. o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores;
- III. o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicialmente e extrajudicialmente;
- IV. se o ato constitutivo é reformável no tocante á administração, e de que modo;
- V. se os membros respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;
- VI. As condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso. (Brasil. Código Civil, 1993)

A partir do registro em cartório da ata e do estatuto a instituição adquire personalidade jurídica.

Em linhas gerais a administração de uma associação é baseada sobre três órgãos; A Assembleia Geral, constituída pelos sócios, é o órgão de maior deliberação na associação sendo de sua competência eleger e destituir a diretoria executiva, aprovar o uso dos recursos, aprovar e alterar se necessário o estatuto a partir do quórum mínimo de associados presentes conforme preconiza o Código Civil; A Diretoria Executiva responsável pela gestão em conformidade as deliberações previstas no estatuto e a execução das diretrizes apontadas pela Assembleia Geral; O Conselho Fiscal que tem por finalidade fiscalizar a obtenção e o uso dos recursos financeiros traçando o perfil econômico da instituição através de pareceres e relatórios que deverão ser apresentados á Assembleia Geral.

Em suma uma associação é regida por alguns sócios, mas é fiscalizada por todos os outros. Tendo como principais premissas: a não distribuição de lucros entre os sócios; ser privada; institucionalizada; voluntária (processo de criação); capacidade de autogestão.

2.7 Associações e os Princípios Contábeis

A contabilidade é imprescindível a qualquer entidade para as instituições do terceiro setor além princípios obrigatórios e legais darão subsídios ao gerenciamento das decisões conforme a situação da associação.

O CFC através da NBCT ressalta.

As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução riscos e oportunidades que oferece (NBCT 1.1.2,p 12)

As evidências e informações contábeis para as organizações em geral, incluindo as associações segundo a NBC T 1.3 devem estarem formalizadas de acordo com os princípios de confiabilidade; tempestividade; compreensibilidade e comparabilidade.

- 1- Princípio da Confiabilidade: esse princípio fundamentado na veracidade, completeza, pertinência ao conteúdo e rigidez em consonância os princípios da contabilidade propicia aos usuários a tomar decisões gerenciais.
- 2- Princípio de Tempestividade: baseado neste princípio as informações contábeis devem estar em posse dos usuários em tempo hábil de acordo com suas necessidades.
- 3- Princípio da Compreensibilidade: preconiza que as informação contábil deve ser estar disponível ao usuário de forma mais objetiva e compreensível e possível configurando como uma ferramenta nas atividades das entidades.
- 4- Princípio da Comparabilidade: deve propiciar aos usuários a comparação da evolução das informações contábeis ao longo do tempo traçando um perfil da entidade. (NBC T 1.3, 1995)

2.8 Associações de Surdos

De acordo com os dados da CBS existem atualmente no Brasil cerca de 130 associações devidamente formalizadas distribuídas entre as cinco regiões brasileiras.

Para dados dessa pesquisa analisamos as Associações de Surdos localizadas na região nordeste, que conforme os dados a CBS totalizam em 27 associações.

Tabela 2- Associações de Surdos da Região Nordeste

Região Nordeste		
Quantitativo	Estado	Associações
1	Alagoas	ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE MACEIÓ
1	Bahia	CENTRO DOS SURDOS DE BAHIA
2	Ceará	ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE FORTALEZA
1	Maranhão	ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE SÃO LUIS

Quantitativo	Estado	Associações
5	Paraíba	ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE BAYEUX ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE CAMPINA GRANDE ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE JOAO PESSOA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE PATOS ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE POMBAL
13	Pernambuco	ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE LIMOEIRO - ASL ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE ARCOVERDE ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE CABO ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE CARUARU ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE ESCADA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE GARANHUNS
		ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE GRAVATÁ ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE NAZARÉ DA MATA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE OLINDA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE PAULISTA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE PERNAMBUCO ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE PETROLINA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE VITÓRIA
1	Piauí	ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE TERESINA
2	Rio Grande do Norte	ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE MOSSORO ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE NATAL
1	Sergipe	CENTRO DOS SURDOS DE ARACAJU
Total de Associações dos Surdos pelo Nordeste: 27		

Fonte CBS- Tabela adaptada pela autora

De base comum essas associações são criadas objetivando:

- A integração entre seus associados;
- A promoção de atividades culturais e desportivas;
- A garantia do uso LIBRAS, como L1 e o Português escrito como L2;
- Desenvolvimento de ações que legitimem a inserção de surdos e deficientes auditivos no mercado de trabalho conforme preconiza a legislação brasileira;
- Difusão da Libras nos diversos espaços sociais;
- Busca incessante pela garantia da acessibilidade aos surdos e deficientes auditivos em todos os contextos sociais;
- A formação e conscientização dos seus associados dos seus direitos ressaltando princípios da identidade e da cultura surda.

Em sua estrutura básica a diretoria é composta por em noventa por cento (90%) de integrantes surdos bem como os associados sendo este um critério comum no estatuto dessas associações.

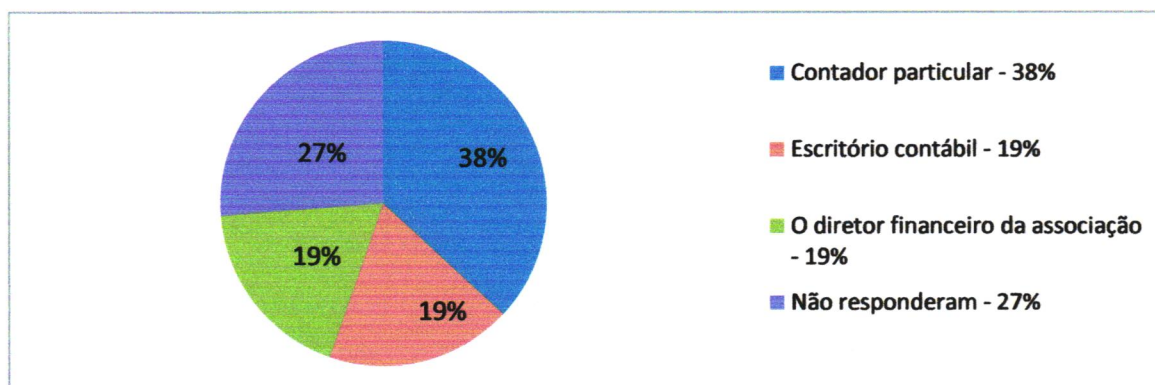
2.9 Análise dos Dados e Respostas Obtidas nas Entrevistas

2.9.1 Apresentação e Análise dos Dados

Neste capítulo evidenciamos os resultados obtidos na coleta de dados por meio de gráficos, os dados são apresentados através de índices de porcentagem a partir da totalidade da amostra pesquisada vinte e seis associações de surdos no nordeste.

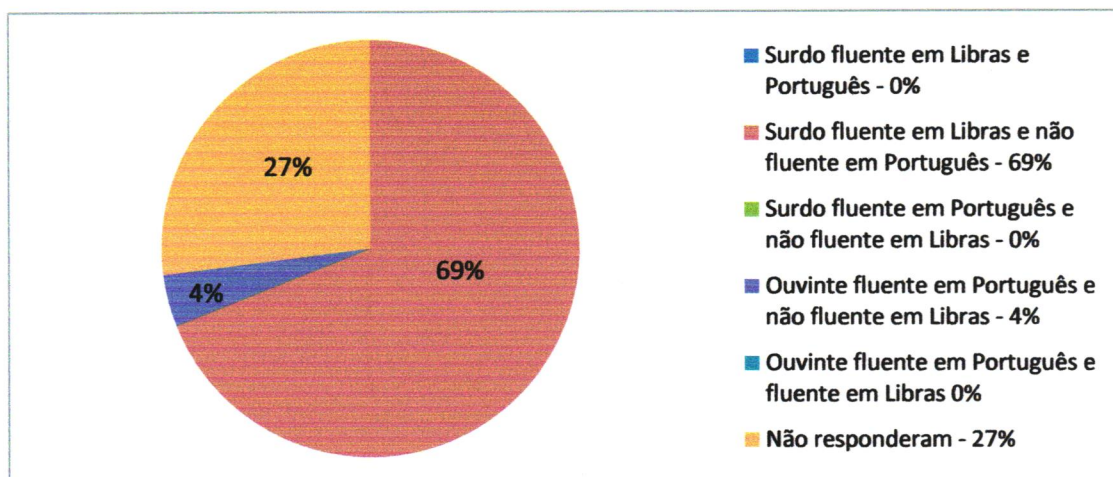
O primeiro gráfico apresenta dados coletados referentes à primeira pergunta: Como é feita a contabilidade da associação? As respostas obtidas demonstram que 19% optam por fazer internamente a contabilidade através do diretor financeiro.

Gráfico 1 - Responsável pela Contabilidade da Associação



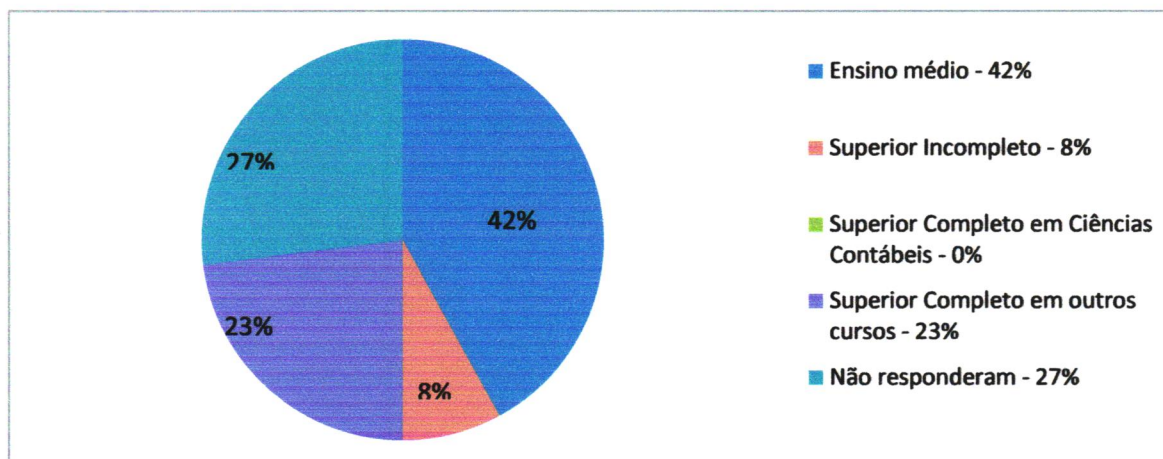
Fonte: Própria Autora

O gráfico 2 demonstra se o diretor financeiro da associação é surdo ou ouvinte bem como sua língua de discurso, item determinante no que se refere ao acesso as informações contábeis. Pelo índice 69% dos diretores são surdos fluentes em Libras e não fluentes na língua portuguesa desta forma o acesso as informações contábeis se tornam mais difíceis por falta de acessibilidade.

Gráfico 2 - Diretores Financeiros da Associação e Língua de Uso

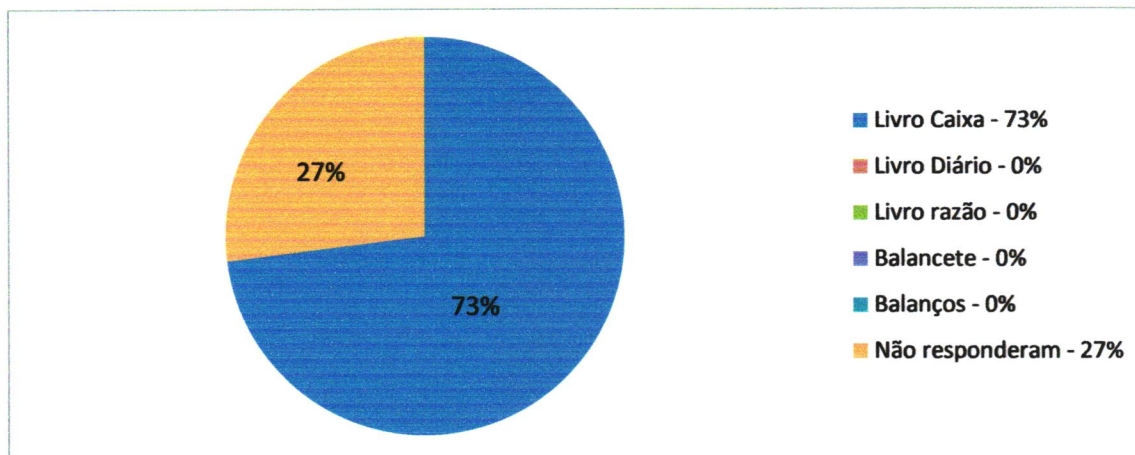
Fonte: Própria Autora

O gráfico 3 retrata a formação dos diretores financeiros da associação, conforme demonstra os dados nenhum dos diretores tem formação na área contábil índice preocupante já que no gráfico-1 19% das associações pesquisadas são os diretores responsáveis por toda contabilidade da associação. Demonstra uma irregularidade, de acordo com a NBCT-3.1.2 (conforme tabela em anexo), que legitima a responsabilidade técnica contábil a um contabilista por formação registrado no CRC.

Gráfico 3 - Formação dos Diretores Financeiros

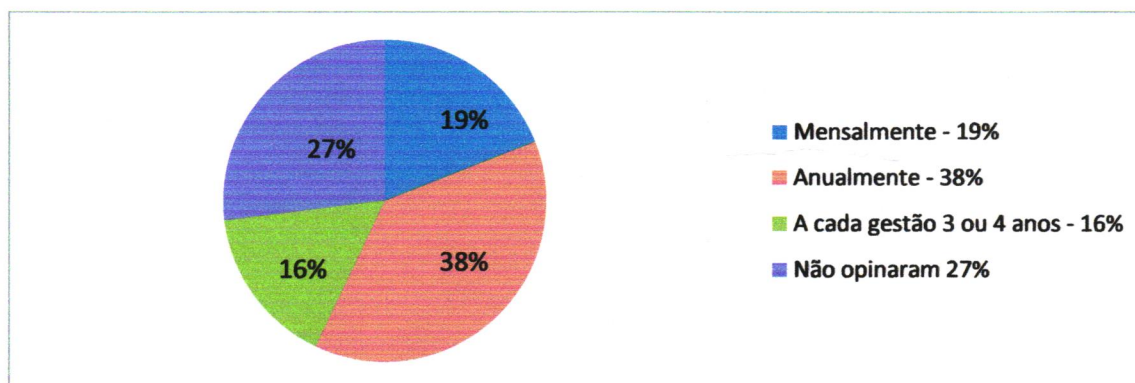
Fonte: Própria Autora

O gráfico 4 indica qual instrumento contábil é conhecido pelas associações, das que responderam 100% só conhecem o livro caixa, evidenciando apenas como relevante uma preocupação financeira da instituição.

Gráfico 4 - Conhecimento dos Instrumentos Contábeis

Fonte: Própria Autora

O gráfico 5 menciona a periodicidade em que é feita a contabilidade da associação, 16% indicaram fazer apenas ao término da gestão de três ou quatro anos a depender do estatuto, tal índice apresenta irregularidade já que todas as associações devem seguir as normas contábeis brasileiras.

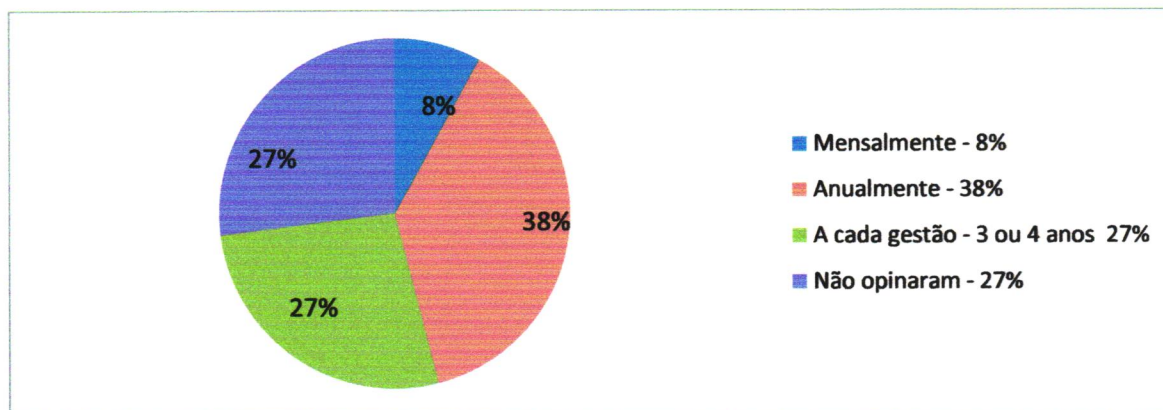
Gráfico 5 - Periodicidade da Contabilidade

Fonte: Própria Autora

O gráfico 6 apresenta os índices da pergunta: Com qual periodicidade a associação apresenta em assembleia geral os dados contábeis da instituição? As instituições que não apresentam esses dados periodicamente negligenciam uma característica peculiar a associação a deliberação pelos associados através da assembleia. Dos dados levantados 27% das associações só demonstram tais dados a cada término de gestão impossibilitando a assembleia de deliberar, por ausência de dados, e sendo por término de gestão é evidente que esses dados contábeis não

é utilizado com periodicidade nas tomadas de decisões, sendo apenas um instrumento pro forma.

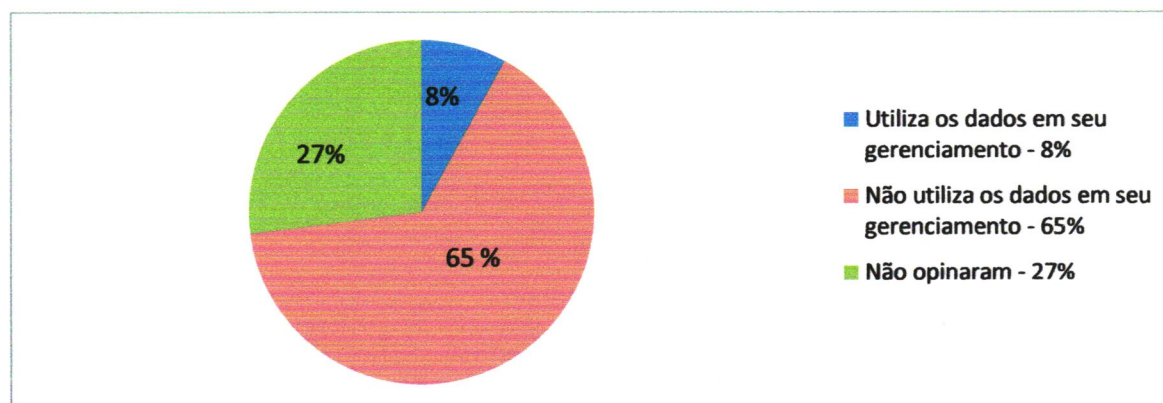
Gráfico 6 - Apresentação Contábil aos Associados



Fonte: Própria Autora

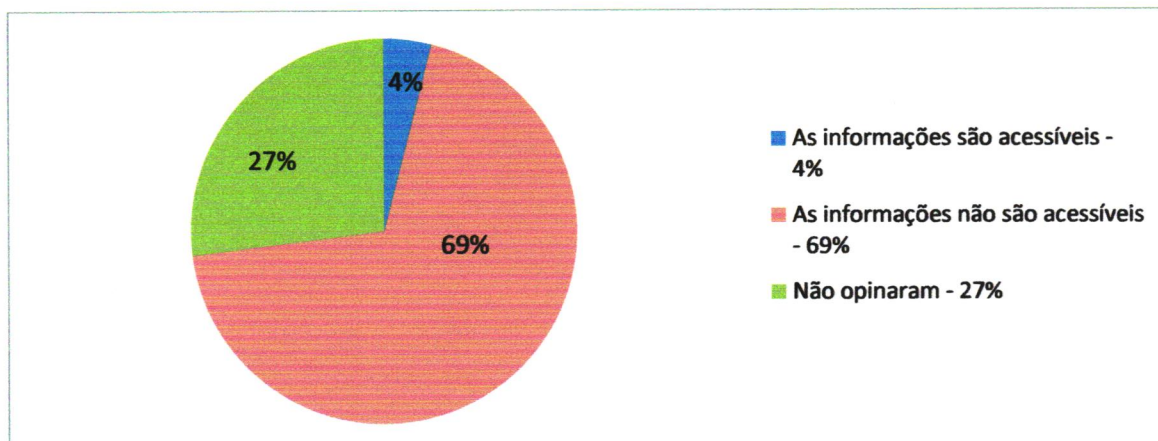
O gráfico 7 apresenta um índice alarmante já que apenas 8% utiliza os dados contábeis para o gerenciamento da instituição, fator preocupante já que o valor desses instrumentos para a manutenção da instituição é crucial. Ressaltando apenas o intuito da obrigação legal, desconhecendo a importância dos instrumentos contábeis.

Gráfico 7 - Uso dos Dados Contábeis no Gerenciamento da Instituição



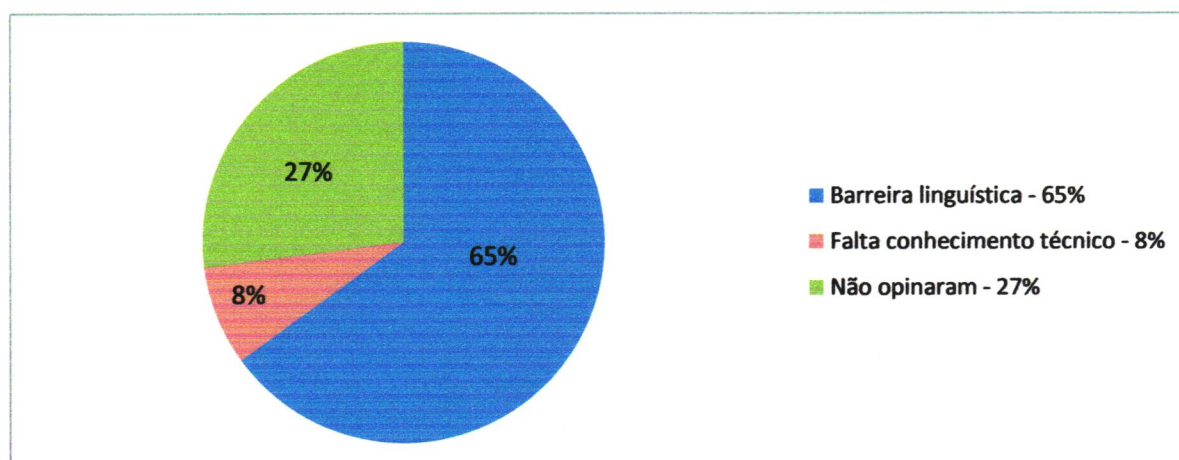
Fonte: Própria Autora

No gráfico 8 demonstra um indicativo importante e peculiar as associações de surdos refere-se a falta de acessibilidade as informações contábeis pelos diretores financeiros, 69% menciona não ter conhecimento por falta de acesso as informações.

Gráfico 8 - Acesso as Informações Contábeis

Fonte: Própria Autora

O último gráfico aponta o principal problema que justifica a falta de acesso as informações contábeis conforme dados coletados no gráfico 8, a principal problemática evidenciada 65% foi a barreira linguística já que a maioria dos dirigentes são surdos usuários e fluentes de Libras como L1.

Gráfico 9 - Principal Problema Apontado ao Acesso as Informações

Fonte Própria Autora

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das entrevistas das amostras pesquisadas é notório que as associações de surdos do nordeste relegam a contabilidade a uma ação secundária, impera o princípio do assistencialismo e filantropia usando desses aspectos como já o bastante para manutenção da instituição.

Algumas instituições por falta de informações acabam por estarem irregulares por não cumprirem a exigências deliberadas pelas NBCT, limitam-se em algumas associações em contas a pagar e receitas.

As que possuem toda a documentação exigida seguindo a legislação são de cargo de algum escritório contábil sem utilizar das informações para qualquer fim gerencial.

Um dos grandes entraves do uso das informações no gerenciamento e na potencialização da instituição é o acesso a essas informações com suas significações técnicas, em sua maioria as associações de surdos são dirigidas por surdos usuários de Libras como L1 e com pouca fluência na L2 – Língua Portuguesa, como todas as informações nos documentos e na literatura estão em L2 dificulta o acesso, a compreensão e o uso das mesmas.

Questiona-se o princípio da compreensibilidade defendido pela NBC T1.3 nas associações de surdos uma vez que as informações não são disponíveis aos usuários de forma compreensível de modo a ser utilizada enquanto uma ferramenta de gerenciamento.

Conclui-se esse trabalho ressaltando a importância do uso da ciência contábil na manutenção das associações de surdos e sobretudo evidenciando a necessidade das informações contábeis serem acessíveis na L1 aos diretores e associados surdos resguardando o direito a acessibilidade em condições de igualdade garantida pela Lei Brasileira de Inclusão.

4. REFERÊNCIAS:

BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de Procedimentos Contábeis e Prestação de Contas das entidades de Interesse Social**. 2.ed. BRASIL. Brasília: CFC, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

FRANÇA,J. (org) et al. **Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2015.

GIL, Carlos Antonio, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MONSER,N.(org) et al.Terceiro Setor: **Guia de Orientação para o Profissional da Contabilidade**. Porto Alegre, 2011.

NUNES, Andrea, **Terceiro Setor Controle e Fiscalização**. 2.ed. São Paulo: Método, 2006.

SILVA, Maria; SILVA, Ana , **Terceiro Setor: Gestão das Entidades Sociais**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

SZAZI, Eduardo, Terceiro Setor: **Regulação no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Peirópolis,2003.

Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. Disponível em <<<https://www.linkedin.com/company/idis---instituto-para-o-desenvolvimento-do-investimento-social>>> Acesso em: 05/04/ 2016.

Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em:<<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/>>> Acesso em: 05/04/2016.

NBC T - 10.19 - ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS- Disponível em:<< <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1019.htm>>> Acesso em: 10/05/ 2016.

Confederação Brasileira de Surdos. Disponível em <<<http://www.cbsurdos.org.br/>>> Acesso em: 10/09/ 2015.

ANEXO

ANEXO I – Questionário



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBIL

Este questionário tem como objetivo coletar dados para o trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. Não será necessário identificar a instituição nem o responsável pelas respostas do questionário, sendo assim preservado o caráter sigiloso do entrevistado.

QUESTIONÁRIO

“Contabilidade nas Associações de Surdo”

1. Como é feito a contabilidade da associação?
 - () Por um contador particular
 - () Escritório contábil
 - () Pelo diretor financeiro da associação
2. O diretor financeiro da associação é?
 - () Surdo fluente em Libras e Português
 - () Surdo fluente em Libras e não fluente em Português
 - () Surdo fluente em Português e não fluente em Libras
 - () Ouvinte fluente em Português e não fluente em Libras
 - () Ouvinte fluente em Português e fluente em Libras
3. Qual a formação do diretor financeiro da associação?
 - () Ensino médio
 - () Superior Incompleto
 - () Superior Completo em Ciências Contábeis
 - () Superior Completo em outros cursos
4. Quais instrumentos contábeis você conhece?
 - () Livro Caixa
 - () Livro Diário
 - () Livro razão
 - () Balancete
 - () Balanço
5. A contabilidade da associação é feita periodicamente a cada:
 - () mês
 - () ano
 - () a cada gestão - 3 ou 4 anos

6. Com qual periodicidade a associação apresenta em assembleia geral a contabilidade da instituição?

- ☐ mensalmente
- ☐ anualmente
- ☐ a cada gestão - 3 ou 4 anos

7. A associação utiliza das informações contábeis para seu gerenciamento e tomada de decisões?

- ☐ sim
- ☐ não

8. As informações contábeis são acessíveis aos diretores financeiros da associação de surdos?

- ☐ sim
- ☐ não

9. Qual o maior entrave do acesso às informações contábeis aos diretores financeiros

- ☐ barreira linguística
- ☐ falta conhecimento técnico

ANEXO II – ASPECTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS EM ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS

Título	Normas	Especificações
Da Documentação Contábil	NBCT-2.2.1	A Documentação Contábil compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.
	NBCT-2.2.4	A Entidade é obrigada a manter em boa ordem a documentação contábil.
Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis.	NBCT-3.1.1	As demonstrações contábeis (*) são as extraídas dos livros, registros e documentos que compõem o sistema contábil de qualquer tipo de Entidade. (*) Inclusive as denominadas "financeiras" na legislação
	NBCT-3.1.2	A atribuição e responsabilidade técnica do sistema contábil da Entidade cabem exclusivamente, a contabilista registrado no CRC.
	NBCT-3.1.3	As demonstrações contábeis observarão os Princípios Fundamentais de Contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.
	NBCT-3.1.4	As demonstrações contábeis devem especificar sua natureza, a data e/ou o período e a Entidade a que se referem.
	NBCT-3.1.5	O grau de revelação das demonstrações contábeis deve propiciar o suficiente entendimento do que cumpre demonstrar, inclusive com o uso de notas explicativas, que, entretanto, não poderão substituir o que é intrínseco às demonstrações às demonstrações.

Título	Normas	Especificações
Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis.	NBCT-3.1.7	Os efeitos inflacionários são tratados em Norma específica.
	NBCT-3.2.1.1	O balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.
	NBCT-3.3.1.1	A demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da Entidade.
	NBCT-3.3.1.2	A demonstração do resultado, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas.
Da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	NBCT-3.4.1.1	A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da Entidade.
	NBCT-3.4.2.1	A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará: a) o saldo no início do período; b) os ajustes de exercícios anteriores; c) as reversões de reservas; d) a parcela correspondente à realização de reavaliação, líquida do efeito dos impostos correspondentes; e) o resultado líquido do período; f) as compensações de prejuízos; g) as destinações do lucro líquido do período; h) os lucros distribuídos; i) as parcelas de lucros incorporadas ao capital; j) o saldo no final do período.

Título	Normas	Especificações
Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	NBCT-3.5.2,1	A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará: a) os saldos no início do período; b) os ajustes de exercícios anteriores; c) as reversões e transferências de reservas e lucros; d) os aumentos de capital discriminando sua natureza; e) a redução de capital; f) as destinações do lucro líquido do período; g) as reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes; h) o resultado líquido do período; i) as compensações de prejuízos; j) os lucros distribuídos; l) os saldos no final do período.
Da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	NBCT-3.6.1.1	A demonstração das origens e aplicações de recursos é a demonstração contábil destinada a evidenciar, um determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da Entidade.
	NBCT-3.6.2.1	A demonstração das origens e aplicações de recursos discriminará: a) o valor resultante das operações da Entidade, correspondente ao resultado líquido do período, retificado por valores que não geraram movimentação de numerário ou não afetaram o capital circulante, que tanto poderá constituir-se em origens ou em aplicação de recursos; b) as origens dos recursos, compreendendo: 1) os aportes de capital; 2) os recursos provenientes da realização de ativos de longo prazo e permanente; 3) os recursos provenientes de capital de terceiros de longo prazo. c) as aplicações dos recursos, compreendendo: 1) os recursos destinados ao pagamento das participações nos lucros aos sócios ou acionistas; 2) os recursos aplicados na aquisição do

		permanente e no aumento dos ativos de longo prazo; 3) os recursos aplicados na redução de obrigações de longo prazo; 4) os reembolsos de capital. d) a variação do capital circulante líquido, resultante da diferença entre os totais das origens e das aplicações dos recursos. e) a demonstração da variação do capital circulante líquido, compreendendo os saldos iniciais e finais do ativo e do passivo circulante, e respectivas variações líquidas do período.
Da Divulgação das Demonstrações Contábeis.	NBCT-6.1.1.1	A divulgação é o ato de colocar as demonstrações contábeis da Entidade à disposição de seus usuários.
	NBCT-6.1.1.2	São meios de divulgação: a) a publicação das demonstrações contábeis na imprensa, oficial ou privada, em qualquer das suas modalidades; b) a remessa das demonstrações contábeis a titulares do capital, associados, credores, órgãos fiscalizadores ou reguladores, bolsas de valores, associações de classe, entidades de ensino e pesquisa, e outros interessados; c) a comunicação de que as demonstrações contábeis estão à disposição dos titulares do capital, associados e demais interessados, em local ou locais identificados.
	NBCT-6.1.1.2.1	Os meios de divulgação referidos nos itens a , b e c podem decorrer tanto de disposições legais, regulamentares ou regimentais, como de iniciativa da própria Entidade.
	NBCT-6.1.1.3	A forma de apresentação das demonstrações contábeis para divulgação obedecerá aos modelos definidos em interpretações técnicas.

Título	Normas	Especificações
Da Divulgação das Demonstrações Contábeis	NBCT-6.1.2.1	A divulgação das demonstrações contábeis tem por objetivo fornecer, aos seus usuários, um conjunto mínimo de informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social que lhes possibilitem o conhecimento e a análise da situação da Entidade.
	NBCT-6.1.2.2	O conteúdo, a forma de apresentação e a divulgação das demonstrações contábeis de Entidades com atividades atípicas ou com regulamentação específica são tratados em normas próprias.
	NBCT-6.2.1.1	Esta norma trata das informações mínimas que devem constar das notas explicativas. Informações adicionais poderão ser requeridas em decorrência da legislação e outros dispositivos regulamentares específicos em função das características da Entidade.
	NBCT-6.2.2.1	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Da Divulgação das Demonstrações Contábeis	NBCT-6.2.2.2	As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares e/ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis propriamente ditas.
	NBCT-6.2.2.3	As notas explicativas incluem informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social, bem como os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis e eventos subsequentes ao balanço.
	NBCT-6.2.3.1	Os seguintes aspectos devem ser observados na elaboração das notas explicativas: a) as informações devem contemplar os fatores de integridade, autenticidade, precisão, sinceridade e relevância; b) os textos devem ser simples, objetivos,

		claros e concisos; c) os assuntos devem ser ordenados obedecendo a ordem observada nas demonstrações contábeis, tanto para os agrupamentos como para as contas que os compõem; d) os assuntos relacionados devem ser agrupados segundo seus atributos comuns; e) os dados devem permitir comparações com os de datas de períodos anteriores; f) as referências a leis, decretos, regulamentos, normas brasileiras de contabilidade e outros atos normativos devem ser fundamentadas e restritas aos casos em que tais citações contribuam para o entendimento do assunto tratado na nota explicativa.
Fundações	NBCT-10.4.2.2	As doações e contribuições para custeio são contabilizadas em conta de receita. As doações e subvenções patrimoniais são contabilizadas no patrimônio social.
	NBCT-10.4.2.3	As receitas de doações e contribuições para custeio são consideradas realizadas quando da emissão de nota de empenho ou da comunicação dos doadores, conforme o caso, devendo ser apropriadas, em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quando estes forem identificáveis.
Das Disposições Gerais	NBCT-10.19.1.1	Esta norma estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidades de lucros.
	NBCT -10.19.1.3	As entidades sem finalidade de lucro são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit.

	NBCT -10.19.1.4	As entidades sem finalidade de lucros exercem atividades assistenciais, de saúde, educacionais, técnico-científicas, esportivas, religiosas, políticas, culturais, beneficentes, sociais, de conselhos de classe e outras, administrando pessoas, coisas, e interesses coexistentes e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária.
	NBCT -10.19.1.6	Aplicam-se às entidades sem finalidade de lucros os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.
	NBCT -10.19.1.7	Por se tratar de entidades sujeitas aos mesmos procedimentos contábeis, devem ser aplicadas, no que couber, as diretrizes da NBC T 10.4 - Fundações e NBC T 10.18 - Entidades Sindicais e Associações de Classe.
Do Registro Contábil	NBCT -10.19.2.1	As receitas e despesas devem ser reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência.
	NBCT -10.19.2.3	As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, são contabilizadas no patrimônio social.
	NBCT -10.19.2.4	As receitas de doações, subvenções e contribuições para custeio ou investimento devem ser registradas mediante documento hábil.
	NBCT -10.19.2.5	Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, superávit ou déficit, de forma segregada, quando identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social, técnico-científica e outras, bem como, comercial, industrial ou de prestação de serviços.

	NBCT -10.19.2.6	As receitas de doações, subvenções e contribuições recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, devem ser registradas em contas próprias segregadas das demais contas da entidade.
	NBCT -10.19.2.7	O valor do superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta Patrimônio Social.
Das Demonstrações Contábeis	NBCT -10.19.3.1	As demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucros são as determinadas pela NBC T 3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, e a sua divulgação pela NBC T 6 - Da Divulgação das Demonstrações Contábeis.
	NBCT -10.19.3.2	Na aplicação das normas contábeis, em especial a NBC T 3, a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido, e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício.
	NBCT -10.19.3.3	As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações: a) o resumo das principais práticas contábeis; b) os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos; c) as contribuições previdenciárias relacionadas com a atividade assistencial devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, conforme normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções; e) os fundos de aplicação restrita e responsabilidades decorrentes desses fundos;

		f) evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador; g) eventos subseqüentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade; h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; i) informações sobre os tipos de seguro contratados; j) as entidades educacionais, além das notas explicativas, devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação; k) as entidades beneficiadas com isenção de tributos e contribuições devem evidenciar suas receitas com e sem gratuidade de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados.
--	--	---

Fonte NBCT- Tabela adaptada pela autora